

As pressões das classes possuidoras, especialmente das grandes organizações patronais, sobre a Assembleia Nacional Constituinte, tornaram-se evidentes. As "ameaças" diretas e indiretas da democratização da sociedade civil e do Estado ou de constrangimentos externos sobre a livre iniciativa lançaram a campo aberto as forças econômicas, sociais e políticas que constituem o sustentáculo do nosso sistema capitalista de poder. Liberdades e direitos, ao serem compartilhados, traduzem-se em limitações do arbítrio dos privilegiados. O nosso capitalismo selvagem é sensível a oscilações que afetam o seu grau de autonomia quase absoluta e repudia com virulência qualquer restrição à tendência de privatização do público, fortemente implantada em nossas tradições. As pressões se voltam contra "privilégios", que os constituintes estariam conferindo aos assalariados. Essas pressões, por si próprias, desmascaram-se e desmistificam-se ao ganhar a luz do dia. Pois patenteiam que, além de transferir renda do setor público para a iniciativa privada e de fomentar um desenvolvimento capitalista desigual e perverso, o Estado tem mesmo de tomar a si tarefas que os estratos mais poderosos da burguesia, nacionais e estrangeiros, repudiam e combatem com a maior tenacidade.

A nossa presente Constituição contém muitos avanços nas áreas das liberdades individuais e coletivas ou dos direitos sociais. No entanto, esses avanços são moderados. Não correspondem à necessidade de dar peso e voz aos assalariados na sociedade civil e no Estado e, quanto aos milhões de excluídos, miseráveis e oprimidos, eles são inócuos. Não contribuem para extinguir a fome, o desemprego ou subemprego aberto e disfarçado, o atraso cultural e mental, a desumanização crônica e o aviltamento moral que prevalecem no campo e na cidade.

Pode-se dizer que as Constituições não fazem milagres. É verdade. Contudo, onde o poder público recua ou se anula, a iniciativa privada não opera como um fator estrutural e dinâmico de compensação. Ao contrário, o subdesenvolvimento funciona como o motor permanente de uma acumulação capitalista originária, que se renova sem cessar, insaciável. Documentada pelos censos e por outros meios de informação estatística, essa realidade pungente e chocante torna-se tão destrutiva quanto uma guerra e aparece como a vergonha coletiva nacional número um! Portanto, mudar, nessa esfera, vem a ser algo de interesse coletivo maior. As mudanças acarretam inovações e são repelidas, como se fossem "radicais", "socialistas", ou "comunistas" e "impatrióticas". Ora, só um cego ou um hipócrita não enxerga o que acontece e qual é o remédio para sanar o "despotismo burguês", não para estirpá-lo. Para isto, seria preciso uma revolução social proletária e as assembleias constituintes não são instrumentais para esse tipo de revolução. No caso, os constituintes desataram os nós de tímidas reformas, das quais depende que o Brasil se configure como uma "nação capitalista moderna", através de várias transformações legais concomitantes, de natureza capitalista, dentro da ordem existente.

Aliás, essa é a principal tarefa histórica dos constituintes e as classes burguesas deveriam ser compreensivas, ao mesmo tempo gratas e estimulantes. Aproximamo-nos rapidamente de uma situação na qual a guerra civil latente pode ser percebida a olho nu. Não é indispensável recorrer ao psicólogo social, ao sociólogo, ao historiador, ao cientista político: o olhómetro mostra as proporções de uma insatisfação popular que cresce ameaçadoramente e nas piores condições, porque não existem freios em nenhum dos lados. A cultura cívica da minoria dominante agarra-se com unhas e dentes a privilégios arcaicos, nocivos, anti-sociais e antinacionais. As várias categorias dos oprimidos e espoliados se acham desorganizadas, fragmentadas e impotentes para equacionar politicamente suas exigências elementares de vida e de sobrevivência. Nesse contexto, a Constituição rasga horizontes promissores. Ela representa uma alternativa de restringir a barbárie e um meio de empurrar a luta de classes para uma esfera propriamente política e parlamentar.

O que se constata? Os empresários vieram a Brasília como uma "massa

reacionária da burguesia". Impugnam certas medidas, que estão muito aquém do que os assalariados e os oprimidos pleiteiam, naquilo que a Igreja Católica designou como o "clamor do povo". E exigem dos constituintes uma marcha a ré penosa, com o fito de evitar-se uma "calamidade nacional". Os que queiram desvendar a ótica burguesa, leiam a impressionante página dedicada à criação e aos objetivos imediatos da União Brasileira de Empresários, pelo "Correio Braziliense" (6/11/87). Todos os setores empresariais se coligaram na mesma luta sagrada: ou a Constituinte obedece ao império do poder econômico, ou o país se tornará inviável!... Trata-se de um reacionarismo empedernido, de uma demonstração coletiva de resistência à mudança sem paralelo. Na verdade, o "Congresso constituinte" extravasou e arriscou à maldição pelos paladinos de uma defesa cega da iniciativa privada. Ninguém notou que a nossa Constituição em elaboração é uma Carta de privilegiados para privilegiados e tão pouco ninguém ousou dizer que a iniciativa privada, para ser forte, precisa submeter-se a normas de uma economia capitalista dinâmica e de uma sociedade civil democrática, dentro dos padrões da democracia burguesa. Roberto Lopes enumera, em a Folha de S. Paulo (8/11/87), o que os empresários-cruzados pretendem eliminar da futura Constituição ("Empresários querem mudar 14 itens do texto de Cabral"). Pura e simplesmente querem jogar na lata de lixo as únicas medidas que passaram, distorcidas, nos embates da Comissão de Sistematização, que "favorecem" os assalariados (e que, portanto, "prejudicam" as empresas e sua viabilidade econômica). Omitiram a avalanche de medidas, que vão em sentido contrário, e indicam que, no Brasil, a democracia não poderá vicejar pela via constitucional.

Restabeleceu-se a unificação pela cúpula, o clima histórico e político para um novo pacto conservador, que corre na contramão da história. Se voltarmos ao equivalente de um colégio eleitoral ou a um golpe militar defensivo, dependerá das circunstâncias. Os dados estão lançados. A alternativa é vista em um "golpe de mestre" parlamentar, que conduza à castração do processo constituinte, o qual foi desencadeado com refinada elegância e mestria pelo presidente da ANC, o deputado Ulysses Guimarães. Ele tornou-se o herói dessa trama, que é por si mesma uma comédia: a comédia de erros que reúne, em um exótico palco, todas as lideranças e atores decisivos de uma burguesia de triste figura. Só o talento de um Machado de Assis faria justiça ao concreto e à decifração do segredo de que as batatas a serem colhidas estão podres.

Estou exagerando? Nada disso. Até atenuo a gravidade dos fatos. Existem coisas cuja repetição cansam a cabeça, a boca, a paciência! Recomendo a leitura dos resultados das três sondagens promovidas pela Folha de S. Paulo (8/11/87). Três levantamentos complementares, encadeados entre si de tal modo que se poderia falar, com François Simiand, em "experimentum crucis". Como se faria através da "sociologia experimental", vai-se pouco a pouco explicitando os dados claros, pelos quais o concreto se desnuda progressivamente, impondo o significado real de fatos que parecem ser o contrário do que são. Aparentemente, 38% gostariam da volta dos militares (mas esse número desce para 31% e despenca para 18%, submetidos a um tratamento mais rigoroso). A continuidade da transição, uma falácia burguesa primária, cai paralelamente de 54% para 15%: a ignorância não é uma barreira à consciência dos "fatos crus", como seria do agrado dos donos

do poder. Por sua vez, as eleições diretas despontam como saída para 62% dos inquiridos. A maioria quer fugir do atoleiro e não patinar prolongadamente no lamaçal da "nova" República... O cruzamento de opções dos pesquisados sobre alternativas para a crise política indicou que as eleições diretas para presidente, ainda em 1988, e eleições gerais logram uma percentagem a favor de 81% entre os quais a volta dos militares alcança 32% de respostas favoráveis e a revolução socialista atinge a mesma cifra! Essa contraposição é fundamental. A ditadura desgastou-se, atingiu o limite no qual o seu preço ficou mais alto que as suas compensações. E se 58% são contra a volta dos militares, 50% são contra a saída pela revolução socialista.

A crise do poder deveria assustar mais as classes burguesas que as concessões aos assalariados e aos humildes, contidas no atual projeto de Constituição. A opressão de classe chegou a um ponto extremo de tensão, a partir do qual ela será crescentemente mais perigosa para os vários setores empresariais, congregados pela UBE. Os assalariados e os miseráveis da terra já não têm o que perder. Se a repressão persiste ou tende a aumentar e nenhuma esperança se delinea, que "vá tudo para o diabo"! Os burgueses se comportam como campeões da ordem. Mas, a ordem está se esfurelando... A volta dos militares não resolve nada (e isso está comprovado). Por que não arriscar uma "experiência democrática" para valer? A opressão só dá certo enquanto o povo a teme. Ora, isso é coisa prestes a encerrar-se, talvez para sempre. Como diz o ministro da guerra, quem não acreditar que tente.

FLORESTAN FERNANDES, 66, deputado federal (PT-SP), é sociólogo, professor emérito da USP e docente da USP.